

ANÁLISE DO PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E DA CRISE DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SÃO JOSÉ DO NORTE – RS

JEFFERSON RODRIGUES DOS SANTOS*

RESUMO

O presente artigo analisa o processo histórico de especialização da agricultura do município de São José do Norte na produção de cebola. O processo é encarado como resultado das condições de rendimento favoráveis existentes até os anos 1970. Na seqüência analisa o processo de reorganização da produção no Brasil, acarretando na maior concorrência entre as regiões produtivas. Este rearranjo da produção nacional é utilizado como elemento explicativo para a presente crise na agricultura de São José do Norte.

PALAVRAS-CHAVE: Cebolicultura, São José do Norte, mercado nacional.

ABSTRACT

ANALYSIS OF PRODUCTIVE ESPECIALIZATION PROCESS AND CRISIS OF ONION PRODUCTION SYSTEM IN SÃO JOSÉ DO NORTE – RS

The present work analyses the historical process of specialization in onion culture of São José do Norte city agriculture. The process is considered a resultant of favorable conditions of income until 1970 years. The process of reorganization of the production in Brazil is approached in the sequence, promoting the competition between productive regions. This rearrangement of national production is utilized as clarifying element to the present crisis of São José do Norte agriculture.

KEY WORDS: Onion production, São José do Norte, national market.

1 – INTRODUÇÃO

O município de São José do Norte, localizado no litoral sul do Rio Grande do Sul é reconhecido historicamente como um grande produtor de cebola, tendo recebido já a denominação de *capital nacional da cebola*. Entretanto, tal *status* não se mantém no presente, pois a agricultura de São José do Norte tem passado por grandes dificuldades nas últimas duas décadas. A inviabilização de inúmeras unidades de produção tem sido a conseqüência imediata.

Devido à extrema dependência dos agricultores locais à cebolicultura, tal crise resultou num processo intenso de êxodo rural. Os dados populacionais do IBGE revelam que São José do Norte passou de município majoritariamente rural (75%) para um município urbano no intervalo entre 1980 e 2000, tendo, segundo o censo demográfico de 2000, cerca de 25% da população no espaço rural, registrando uma variação da taxa de urbanização da ordem de cinquenta pontos percentuais, a maior registrada entre os municípios da Zona Sul do estado. Apesar do processo de urbanização dos municípios tratar-se de tendência nacional, São José do Norte não apresenta um conjunto de atividades urbanas que explique o ímpeto de tal transferência de população.

Diante deste quadro, o presente artigo orienta-se no objetivo de mostrar que tal crise da agricultura tem fatores oriundos da escala local, nacional e mesmo internacional. Em parte, trata-se do resultado do processo histórico de atrelamento dos agricultores à cebolicultura e a conseqüente simplificação das estratégias de reprodução econômica. Com isto, intensificou-se a dependência a uma cultura que, a partir dos anos 1980, passou por um complexo processo de reorganização espacial e temporal da produção, em escala nacional, e mesmo com incursões estrangeiras em tal mercado, tornando tão vulnerável a economia agrícola do referido município.

O texto está dividido em seis seções, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente (seção 2), a abordagem a um modelo explicativo que auxilie o entendimento da organização espacial da produção, bem como um modelo teórico de economia das unidades familiares de produção. Também nesta seção explicitam-se os procedimentos metodológicos adotados. Na terceira seção, relata-se, brevemente, o processo de colonização do município e a inserção da agricultura. A seção seguinte (4) trata do momento histórico no qual a cebolicultura ganha peso na dinâmica econômica do município, assim como para as explorações individualmente. A seção cinco procura mostrar que, apesar da importância econômica da referida cultura, nos anos 1950 a mesma ainda convivia com outras estratégias de

* Geógrafo graduado pela Fundação Universidade Federal do Rio grande – FURG. Mestre em geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutorando em geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

reprodução dos agricultores, sobretudo do ponto de vista alimentar. A sexta secção relata a fase na qual ocorre o grande processo de especialização em torno da produção de cebola, em parte promovida por um ciclo de ascensão de preços nos anos 60-70. A sétima secção mostra o reordenamento espacial da produção de cebola no Brasil, processo que estabeleceu maior competitividade entre as diferentes regiões produtoras, revelando a vulnerabilidade da agricultura de São José do Norte. As considerações finais são apresentadas na oitava secção.

2 – MODELO TEÓRICO E METODOLOGIA

Para o entendimento do processo de crise da cebolicultura e conseqüente êxodo rural em marcha no espaço agrário de São José do Norte, acredita-se que o conceito de *desterritorialização* proposto por Raffestin (1988) seja uma importante ferramenta na análise.

Cabe primeiramente uma ressalva a respeito do amplo debate existente em torno de tal conceito. A desterritorialização, nos termos postos por Raffestin (1988) no artigo *Rèperes pour une theorie de la territorialité humaine*, aproxima-se mais de uma idéia de *deslocalização*, um processo de organização/reorganização espacial, do que propriamente a desterritorialização proposta por filósofos como Virílio e criticada por Haesbaert (2004). Também é preciso dizer que a desterritorialização em Raffestin é componente de um processo cíclico, sendo precedida pelo processo de territorialização e sucedida pelo processo de reterritorialização, formando o ciclo (T-D-R) ou *territorialização-desterritorialização-reterritorialização*, o que se distancia da simples e definitiva desterritorialização alvo da crítica de Haesbaert (2004).

Para construir sua idéia do ciclo Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização (T-D-R), o autor fornece um bom exemplo sobre a dinâmica econômico-produtiva dos espaços rurais. Demonstrando o processo de localização e, conseqüente, territorialização de uma atividade no espaço rural, o autor afirma que a cidade emite os sinais – os preços – estruturando o espaço agrícola de seu entorno a partir disto. Produz-se um território ao redor da cidade e todo um sistema de relações espacialmente organizadas. Tal organização espacial permanece estável na medida em que aqueles sinais variem entre limites determinados (RAFFESTIN, 1988, p. 273).

Uma modificação sensível nos sinais ou o seu desaparecimento promove mudanças. Com a persistência das mudanças no sinal, entra-se na segunda fase do ciclo, a desterritorialização, sendo definida como uma crise da territorialidade ou organização espacial anterior. O autor aponta para a necessidade de se incluir um segundo ciclo para o entendimento do processo de desterritorialização. O ciclo da informação, compreende três fases: Inovação – Difusão – Obsolescência (I-D-O). O autor mostra que a fase *Inovação* é portadora de perturbações que rompem com a coerência que garantia a existência de uma territorialização anterior, esta marcada pela maturidade ou *obsolescência*, levando ao processo de desterritorialização. A difusão por sua vez reinicia o ciclo, proporcionando uma nova territorialização, seja de uma nova atividade ou da mesma atividade, mas num local diferente, uma reterritorialização. Tal proposição estabelece uma conexão de um ciclo territorial (T-D-R) com um informacional (I-D-O). O modelo está representado pela figura 1.

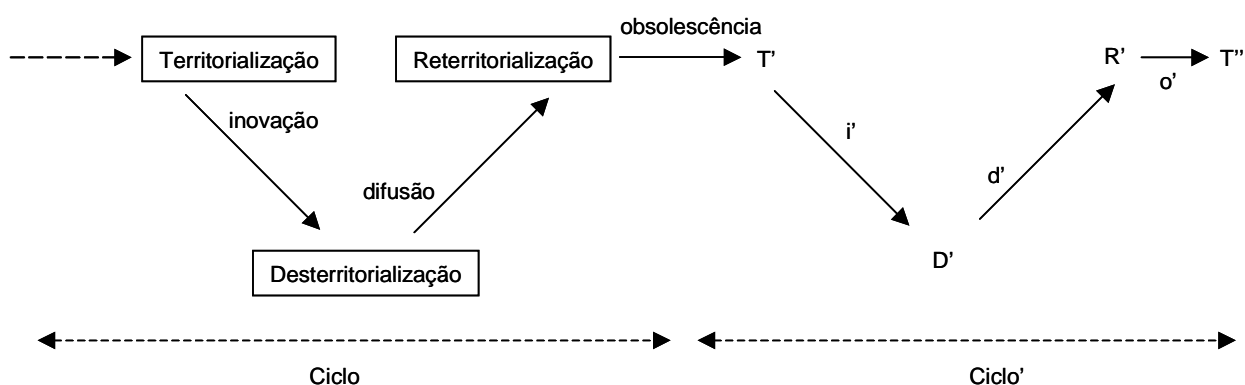


FIGURA 1 – Esquemática do processo territorialização–desterritorialização–reterritorialização/inovação–difusão–obsolescência.
 FONTE: Raffestin, 1988.

A Teoria de raffestin parece bastante coerente com a realidade dos espaços rurais, determinados por relacionamentos comerciais com centros consumidores muitas vezes distantes, para os quais escoam seus excedentes, bem como a concorrência inter-regional para a inserção destes excedentes, capaz de perturbar cenários estabelecidos historicamente.

A simplicidade do exemplo exposto pelo autor (cidade – entorno agrícola) precisa, contudo, ser superada. Seu modelo permite análises mais complexas, em escalas mais amplas, à luz de elementos expostos pelo próprio autor como o conceito de *redes* interligando os *nós* de uma *malha territorial*, esta entendida aqui como a organização regional da produção.

Este referencial será utilizado para entender o quadro de declínio da cebolicultura e êxodo rural ocorrente em São José do Norte como um evento proporcionado pela desterritorialização da atividade e seu conjunto de relações econômicas e sociais de produção.

O comportamento econômico das unidades de produção familiares é analisado a partir da teoria de Alexander V. Chayanov, economista russo que propôs no início do século XX um modelo de economia camponesa. Segundo Chayanov (1987) a unidade de produção camponesa opera situada num equilíbrio entre necessidades expressas pelo conjunto de indivíduos que a compõem e o esforço despendido para o atendimento destas. A composição da família – número de indivíduos e idades – é fator determinante para o comportamento econômico da mesma, definindo necessidades e disponibilidade de mão-de-obra. Existe um balanço no qual o trabalho familiar será aplicado na busca pela satisfação das necessidades até o alcance de uma situação ótima na qual exista um equilíbrio entre necessidades satisfeitas e esforço necessário para que estas sejam saciadas (CHAYANOV, 1987, p. 54-55). A partir de um determinado estágio de necessidades satisfeitas, a aplicação de mais trabalho familiar será paulatinamente desconsiderada, visto que a penosidade do trabalho resultante não compensará o novo patamar alcançado de satisfação.

Outro elemento importante diz respeito ao fato de que, neste tipo de economia natural, conforme Chayanov, o cálculo econômico tem um alto grau qualitativo, no qual entre os bens e as necessidades existentes são estabelecidas relações como: *é suficiente, é insuficiente, falta mais um pouco*. Em suma, inexistem um cálculo contábil tipicamente capitalista, cujas características do *cálculo em dinheiro* de Max Weber são esclarecedoras. Estas estão reproduzidas fielmente do original (WEBER, 1999, p. 53) segundo o qual o cálculo em dinheiro é composto por:

1. A estimação segundo a situação de mercado (atual ou esperada) de todas as utilidades ou meios de produção ou obtenção, do mesmo modo que de todas as oportunidades econômicas de alguma forma relevantes, consideradas necessárias para determinado fim de produção ou obtenção atual ou futura, que efetiva ou provavelmente estejam disponíveis ou, quando se encontram em poder de disposição alheio, podem ser obtidos ou estão perdidos ou de alguma forma ameaçados;
2. A averiguação numérica: a) das possibilidades de toda ação econômica intencional e b) do resultado de toda ação econômica realizada na forma de um cálculo em dinheiro de “custo” e de “rendimento”, que compara entre si as diversas possibilidades, e de um exame, que compara entre si os “rendimentos líquidos” estimados das diversas formas de comportamento possíveis, sobre a base desses cálculos;
3. A comparação periódica do conjunto de bens e possibilidades disponíveis a uma economia em relação aos que esta dispõe no começo do período, em ambos os casos em dinheiro;
4. A estimação prévia e averiguação posterior daquelas entradas e saídas consistentes ou calculáveis em dinheiro das quais uma economia – conservando-se o valor estimado em dinheiro do conjunto de seus meios disponíveis (tópico 3) – tem a possibilidade de dispor durante um determinado período;
5. A orientação por esses dados (tópicos 1 a 4) da satisfação de suas necessidades empregando-se o dinheiro disponível em determinado período de cálculo (conforme tópico 4) para as utilidades desejadas, segundo princípio da utilidade marginal.

Do ponto de vista metodológico, os resultados aqui apresentados são obtidos através da análise de documentos históricos, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outras fontes, bem como uma revisão da literatura pertinente à cebolicultura em São José do Norte e no Brasil. Quanto aos depoimentos apresentados ao longo do trabalho, estes foram levantados a partir de dois trabalhos de campo. O primeiro compreendendo a aplicação de questionários em quinze famílias distribuídas ao longo dos três distritos do município de São José do Norte, no segundo semestre de 2003 e o segundo através da realização de entrevistas entre noventa famílias no segundo semestre de 2005. Tais questionários foram construídos e utilizados a partir de uma metodologia de pesquisa qualitativa, denominada *análise de conteúdo*, conforme descrita por Moraes (1999). Tal procedimento é baseado na aplicação de questionários semi-estruturados. Posteriormente as informações são transformadas em unidades de análise de modo a permitir a observação de regularidades nos depoimentos, a partir dos quais emergem categorias de análise, temas expressos pelos discursos dos indivíduos que participaram da pesquisa. Por uma questão de espaço, o conjunto de orações não está presente no texto. Isto significa que as citações utilizadas ao longo do trabalho foram escolhidas com o intuito de sintetizar temas presentes com grande frequência no discurso dos demais atores ouvidos na pesquisa. A transcrição das entrevistas foi rigorosamente fiel ao estilo de linguagem dos entrevistados por uma questão metodológica. Também foram substituídos os nomes citados por outras designações com o objetivo de manter o sigilo necessário à pesquisa de caráter qualitativo.

A seguir são discutidos os resultados da pesquisa.

3 – A COLONIZAÇÃO AÇORIANA E OS PRIMEIROS REGISTROS DA CULTURA DE CEBOLA

A história da cebolicultura em São José do Norte confunde-se com o próprio processo de colonização do Rio Grande do Sul ocorrido a partir do século XVIII. Entre os registros dos mantimentos para o desembarque de Silva Paes quando da fundação do presídio Jesus Maria José em 1737, constam recipientes com sementes de cebolinho (FORTES, 1980, p. 95). Em 1738, a atual área do município de São José do Norte era instituída como um criatório de gado bovino para o atendimento do forte, a Estância Real de Bujuru.

A colonização baseada na imigração açoriana que se processou na área de estudo, a partir de 1753¹, redefiniu este quadro. O açoriano, conforme aponta Borges Fortes citando outros historiadores, era um povo avesso à guerra e extremamente dedicado à agricultura, como fica explícito na reclamação de um coronel português para o qual os recrutas ilhéus teriam somente: “o *préstimo de cultivarem suas chácaras e sem a mínima disposição para o manejo das armas*” (FORTES, 1978, p. 76). Este caráter operaria no sentido de converter, ainda no século XVIII, a restinga da Lagoa dos Patos, de estância de engorda de gado, em área de produção agrícola expressiva para o contexto da época, como é possível concluir a partir do parágrafo a seguir:

(...) os açorianos que chegavam ao Rio Grande do Sul e que se localizavam nos povoados de Mostardas e Estreito trabalharam diligentemente. Basta dizer que em matéria de quantidade de trigo plantado, em 1870, logo após Rio Grande, Estreito e Mostardas apareciam com respectivamente 996 e 995 alqueires. E a produção de trigo em 1787 foi de 15.848 para o Estreito e 14.126 para Mostardas. Eram assim, os dois principais centros produtores de trigo no Rio Grande do Sul. (IBGE, 1959, p. 265).

Se no final do século XVIII a triticultura merecia destaque e nas primeiras décadas dos anos 1800 a cultura ainda era importante (SAINT HILAIRE, 1999, p. 49; BERNARDES, 1997, p. 60), tal condição não se manteve devido à ocorrência da ferrugem nos trigais da região, bem como a inadimplência no pagamento das compras do cereal por parte do governo (IBGE, 1959, p. 265). Com o declínio da cultura do trigo, surgiram ainda no século XIX as culturas de milho e cebola como atividades economicamente significativas (BUNSE, 1981, p. 71).

4 – A CENTRALIZAÇÃO DA CEBOLICULTURA NA ECONOMIA DO MUNICÍPIO

No final de século XIX é possível identificar a presença marcante da cebolicultura na área de estudo, sobrepunhando a produção de milho e tornando-se objeto de especialização de tal maneira a preocupar as autoridades locais do referido período, como expresso na mensagem apresentada pelo intendente municipal em 1893:

O actual estado da lavoura do município não sendo visivelmente decadente não é, todavia próspero, como era para desejar sobretudo entre a maioria dos pequenos agricultores que pela dificuldade de obtenção de braços e escassos recursos de suas terras se limitam ao plantio de cebolas, descurando o cultivo de outras plantas essenciais à alimentação da família, tornando-lhes por isso a vida difícil em annos em que o valor do único produto cultivado, fica depreciado pela sua grande abundância. (Mensagem Apresentada ..., 1893, p. 8-9).

Pode-se evidenciar elementos do equilíbrio demográfico da teoria de Alexander Chayanov (CHAYANOV, 1987, p. 55). As dificuldades de mão-de-obra e o retorno satisfatório alcançados pela cebolicultura influenciavam a decisão dos agricultores a respeito do que plantar, tornando a atividade o alicerce da economia do município, como expresso no mesmo relatório: “(...) *Na agricultura só é tributada a cebola, cuja cultura é enormemente lucrativa, desviando assim os lavradores da aplicação de seus recursos á outras culturas essenciais ao sustento da população*”. (Mensagem..., *op. cit.*, 25).

Tornando-se a base da economia local, outros relatórios manifestavam inclusive a necessidade de alteração da carga tributária municipal, de modo a garantir a receita em anos de queda na produção:

Justifica-se ainda a necessidade de serem alteradas para mais algumas poucas taxas sobre alguns produtos actualmente pouco tributados, para assim estabelecer-se o equilíbrio da receita visto estar verificado ser a futura safra de cebolas muitíssimo inferior á d'este exercício, o que fatalmente concorrerá para a diminuição da receita do município [...] (Relatório apresentado..., 1900, p. 11).

¹ Ano da fundação da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito, primeiro núcleo populacional do município.

Também se observa nos relatórios da intendência diversas tentativas de resolução do problema da especialização, seja através da criação de impostos e prêmios:

O imposto do nº 7 do §6º deve ser creado no propósito de conseguir-se modificar o pernicioso hábito de grande parte dos nossos lavradores em relação á enorme plantação de cebolas, do que resulta grande baixa no valor d'esse producto e á falta de cultura de outros, como sejam feijão, milho, batatas, etc. que são importados por altos preços de outros municípios, o que tem trazido sérias dificuldades á vida de grande parte da população rural (...)

O producto desse imposto deveis aplicar, repartidamente em prêmios pecuniários aos lavradores que cultivem maior quantidade de milho, feijão, batatas, trigo, vinhas, etc.(...) (Relatório..., 1901,p. 19).

Seja através de soluções mais criativas, como a tentativa de 1929 de:

(...) introduzir o colono [alemão] em nosso município. Há inúmeros lotes de terras devolutas que poderiam ser muito bem aproveitadas por esse elemento que, além de vantagens outras iniciaria entre nós a polycultura, incentivando o nosso povo a plantar tudo o quanto possa produzir a terra (Relatório...,1929,p. 5).

Entre manifestações de reprovação ao hábito da dedicação exclusiva à cebola existem períodos de silêncio a respeito do tema nos relatórios. Em outras ocasiões, como no relatório de 1919, a cebola é exaltada como *precioso bulbo*, o que levanta a necessidade de uma relativização das informações contidas nos relatórios, considerando que se tratavam de manifestações políticas. Neste sentido, o relatório de 1920 é esclarecedor: "*O nosso município produz, milho, trigo, centeio, batatas, abóboras, melancias, etc, quase exclusivamente para o consumo local. A única cultura que aqui avoluma é, como sabeis, a de cebolas*". (Relatório..., 1920, p. 13).

5 – A AGRICULTURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE NA DÉCADA DE 1950

No final dos anos 1950, o município de São José do Norte foi objeto de estudos do lingüista Heinrich W. A. Bunse. Sua pesquisa sobre os aspectos lingüísticos e etnográficos do município² produziu um relato muito rico a respeito da história, das práticas culturais e das características da economia da área de estudo. São relevantes à análise os elementos observados pelo autor no que toca à produção familiar.

Bunse observou características importantes a respeito das unidades de produção na área de estudo no final dos anos 1950. No que diz respeito a fontes não monetárias de renda, destaca-se a horta, elemento fundamental para a segurança alimentar. Segundo o autor, nestas eram cultivadas verduras, melancias, melões, batata-doce e inglesa, feijão, nabos etc. (BUNSE, 1981, p. 73). Estava sempre cercada por algum tipo de cerca viva que garantia a proteção contra o rigor do vento. Era também uma forma de mediar a convivência entre vegetais e animais já que sempre estavam presentes os patos, as galinhas, marrecas, angolistas, os porcos, vacas, terneiros, cavalos, etc. No pomar existiam diversos tipos de árvores frutíferas.

A cultura de milho também foi observada, e naquela época representava a segunda maior do município e cerca de 1% do total do estado.

Este conjunto de estratégias complementares, o uso das *forças marginais* conforme proposto por TEPICHT³ (*apud* ABRAMOVAY, 1998, p. 72), expressava-se na organização espacial da unidade de produção. Segundo Bunse: "A propriedade do agricultor forma um agrupamento constituído de casa, galpão, paiol, mangueira, chiqueiro, ficando próximos o pomar e a horta" (BUNSE, 1981, p. 71).

6 – O PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO NOS ANOS 1960: ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESCALAS LOCAL E NACIONAL

A partir de final dos anos 1950 e início dos 1960, observa-se a intensificação do processo de especialização na cebolicultura no município. Tal fenômeno está ligado a uma dinâmica mais ampla, à escala nacional.

Segundo Camargo Filho *et. al.* (1993), a cebola é o terceiro produto mais consumido no contexto do mercado olerícola, superada apenas pela batata e o tomate⁴. Importa saber também que seu consumo está diretamente atrelado ao de outros alimentos, como arroz, feijão e massas em geral, acompanhando proporcionalmente o crescimento no consumo destes. Tal informação subsidia para o entendimento do

² Neste período a área do município de São José do Norte incorporava os hoje emancipados municípios de Tavares e Mostardas.

³ TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonaise*. Paris: A. Collin, 1973. 251 p.

⁴ Cerca de 25% do volume de hortaliças comercializadas nos supermercados paulistas corresponde ao consumo de cebola, conforme pesquisa do Ministério da Integração Regional (Fundação Procon, 2004).

processo ocorrido nos anos 1960. A população brasileira cresceu no período 1949 – 1988 a uma taxa que variou entre 27% e 34% ao decênio. A produção de cebola acompanhou tal movimento, tendo aumentado, no nível da propriedade, entre 54% e 100% no mesmo período, com a participação majoritária do crescimento da área plantada (CAMARGO FILHO *et. AL.*, 1993, p. 28-30). Os mesmos autores apontam para o crescimento no consumo do vegetal, que se fixava em 2,42 kg/*per capita*/ano em 1950, e passou para a marca dos 5,75 kg/*per capita*/ano na década de 1980.

Apesar do crescimento da demanda ter sido acompanhado pelo crescimento da produção, a organização espacial da produção nacional de cebola, centrada na Região Sul e especialmente no Rio Grande do Sul até meados dos anos 1970, impunha efeitos na oferta do produto ao mercado ao longo do ano. Com a produção sulina sendo ofertada de dezembro a maio, a contribuição das demais regiões produtivas, Sudeste e Nordeste, neste período, não era suficiente para o atendimento da demanda na entressafra, ocasionando altas cíclicas nos preços. O cultivo de variedades tardias no Rio Grande do Sul, com ciclo reprodutivo mais longo e período de comercialização de abril a agosto proporcionava aos agricultores retornos satisfatórios devido à ascensão dos preços neste período em que a oferta decrescia. A figura 2 permite observar o comportamento dos preços nos anos 1960.

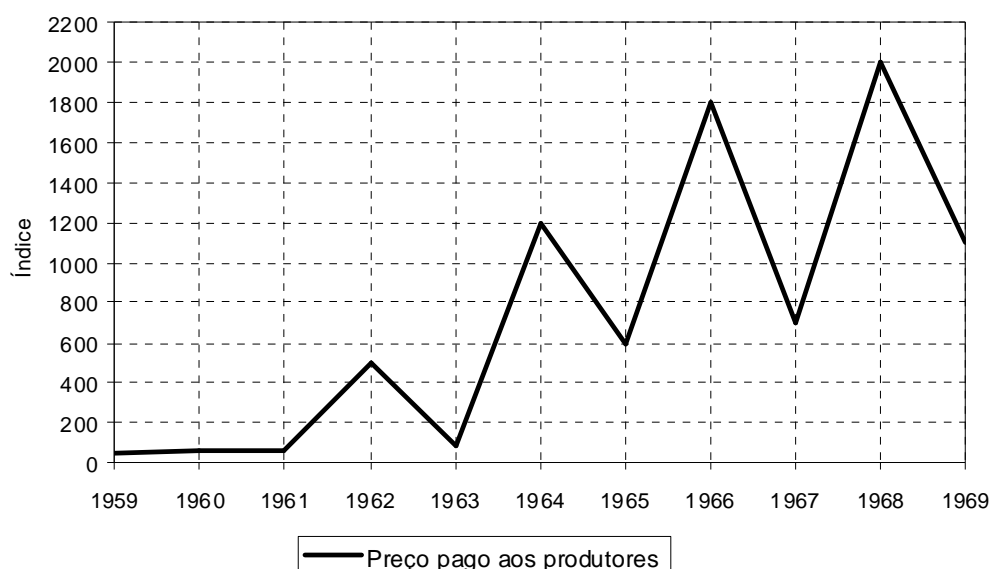


FIGURA 2 – Evolução do preço de cebola na década de 1960.
 FONTE: FONTOURA, 1994.

Apesar do padrão bienal⁵ na ocorrência de preços altos, observa-se uma tendência de elevação dos preços no período. Considerando a teoria de Raffestin (1998) acerca dos ciclos territorial e informacional, tal fato atuou na dinâmica de territorialização da cebola como um sinal emitido pelo mercado, correspondente ao estágio de difusão, intensificando a especialização na cebolicultura em São José do Norte. No final dos anos 1950, São José do Norte despontava como o principal produtor de cebola do Rio Grande do Sul, como se observa no trecho a seguir: “Deixando falar as estatísticas – que são aquém da realidade como fui informado –, colheram-se, em 1958, trinta milhões de kg de cebolas isto é, quase 50% da produção do Estado”. (BUNSE, 1981, p. 71).

Tal cenário de expansão do consumo e uma oferta oscilante, devido a uma malha territorial produtiva (as regiões produtivas de cebola no país) ainda não consolidada, proporcionavam níveis ótimos de renda aos agricultores de São José do Norte no período que se estendeu até meados dos anos 1980. O depoimento a seguir ilustra as condições do período: “(...) – Em 76 nós compremo um trator e um caminhão com a safra de cebola. 76. Não faz muitos ano não”. (Agricultor de São José do Norte, 2003) (Grifo nosso).

O retorno monetário proporcionado pela cebolicultura em épocas passadas permanece no ideário dos agricultores, e os mais velhos ainda esperam que a atividade possa recuperar suas condições de preço de um passado no qual:

⁵ O padrão bienal da ocorrência de preços altos é algo típico do mercado da cebola. Tal padrão foi descrito por SATO (1988, *apud* CAMARGO FILHO, 1993) como o mecanismo “teia de aranha”. O preço alto da cebola estimula os agricultores a plantarem mais na safra seguinte elevando a oferta, o que promove a queda nos preços e a conseqüente redução da área plantada e produção no ano seguinte. Tal redução de oferta eleva os preços reiniciando o ciclo. O mesmo fenômeno foi observado em São José do Norte por SANTOS (2003).

(...) – Teve épocas boa de cebola, tinha aquele doutor mesmo o, como é o “fulano”, disse: “ – muito melhor plantá cebola que sê doutor (médico) hoje”. (Questionado em que ano) Foi em 1975. Ainda mais, eu comprei meu trator, se eu quisesse pagá a vista eu pagava. E comprá um trator a vista hoje quem é que compra aí? Nem se dé um prazo tu consegue comprá, tu não consegue pagá. Com juro baixo isso aí né. Juro baixo. O “beltrano”, com uma carga de cebola, comprô um Mercedes [caminhão](...) (Agricultor de São José do Norte, 2003).

O estreitamento dos vínculos com o mercado, a *heteronomização* conforme Almeida (1999), operou a partir destas condições de remuneração, através das quais se observou uma drástica simplificação das estratégias de reprodução econômica e alimentar, como observado pelos próprios envolvidos no processo:

(...) – As pessoas produziam muito mais (gêneros de autoconsumo). Mas como a cebola começou a dar preço e o pessoal começou a fazê conta assim: com uma mil (résteas +- 1,8t) eu compro tudo isso que tô plantando. Aí deixaro de plantá pra plantá cebola e foi o que veio a fazê o pessoal deixá de plantá. Porque a cebola teve uma época que dava. Aqui mesmo o Zé dizia: com uma mil de cebola nós compramo isso tudo que temo plantado. Então o pessoal começô a pensá assim: planto mais uma mil de cebola e deixo de plantá. Me dá menos trabalho por que só a cebola e compra-se tudo (...) (Agricultora de São José do Norte, 2003).

O balanço trabalho/consumo, a avaliação da penosidade do trabalho proposto no modelo de economia camponesa chayanoviano parece bastante familiar com o trecho acima. O alto valor da produção comercializada orientou as práticas na busca pelo menor esforço para a sobrevivência, abandonando consideravelmente o uso das formas não-monetárias de renda e direcionando toda a capacidade de trabalho para a produção de cebola.

O período que se estende dos anos 1970 a meados dos anos 1980 é correspondente ao estágio de *maturidade* ou *obsolescência*, conforme o modelo apresentado (RAFFESTIN, 1988, p. 275), ou seja, a cebolicultura consolida-se economicamente, ao mesmo tempo em que o sistema de produção assume seu desenho definitivo, permanecendo inalterado a partir de então. O mesmo é caracterizado pela formação de viveiros de mudas para posterior transplante, realizado manualmente, assim como a colheita. As áreas de cultivo recebem adubação química e sofrem rotação a cada 3 anos (EMATER, 1996, p. 45). As áreas em repouso não recebem outras culturas, sendo ocupadas pelas gramíneas nativas.

Com relação ao uso de insumos e implementos destaca-se inicialmente a inserção de tratores e caminhões. Mais que ferramentas de trabalho, representavam, especialmente o trator, um valor simbólico entre os agricultores, funcionando em seu universo subjetivo como materialização da prosperidade. Desta forma, nunca houve interesse na formação de associações de máquinas. Conforme relatam muitos entrevistados, no apogeu da cebolicultura no município, os agricultores eram assediados por vendedores de tratores e implementos agrícolas, oferecendo facilidades, auxiliando-os nos procedimentos para a obtenção de empréstimos bancários, etc. Como resultado, adquiriram tratores com capacidade de trabalho superior àquela demandada pelo sistema de produção de cebola, além de destinados ao uso individual, quando poderiam atender grupos de vizinhança.

QUADRO 1 – Práticas e insumos utilizados pelos agricultores na produção de cebola.

Prática	% de Agricultores
Preparo do solo com trator	65
Fertilizantes	100
Esterco após transplante	25
Outros fertilizantes	35
Herbicidas	95
Inseticidas	55
Fungicidas	90
Rotação de culturas	25

FONTE: ZABALETA, 1998.

Os dados do quadro 1, acima evidenciam a situação no final dos anos 1990. Juntamente com os depoimentos permitem corroborar a idéia de que nas décadas anteriores, a medida que a produção de cebola proporcionava retorno monetário cada vez mais satisfatório, a elevação da produtividade passou a ser buscada através da adoção dos insumos químicos como fertilizantes, fungicidas e herbicidas que se refletiam no menor esforço e maior rendimento do trabalho por trabalhador e também na elevação dos custos de produção. Também é preciso considerar o papel do Estado nacional no período pós-década de 1960 no sentido de aproximar a agricultura do consumo dos insumos industrializados.

7 – A INSTALAÇÃO DA CRISE: O ACIRRAMENTO DA CONCORRÊNCIA INTER-REGIONAL

A partir dos anos 1970 ocorrem mudanças na organização espaço-temporal da produção de cebola no país, cujos impactos afetaram drasticamente os agricultores de São José do Norte, sobretudo a partir de meados dos anos 1980. Mudanças nas épocas de oferta devido ao surgimento de novas regiões produtoras no Brasil, bem como a criação do Mercosul redefiniram o quadro de prosperidade estabelecido até então.

Na década de 1970, a produção de cebola no Brasil cresceu cerca de 10% ao ano. Ao contrário do período anterior, neste novo surto de crescimento, a expansão da área plantada participou em 32% do total, sendo 68% participação da produtividade, elevando a produção nacional à marca das 435.000 toneladas anuais, aproximadamente. Na década seguinte, anos 1980, a média anual elevou-se para 743.000 toneladas, sendo agora maior a participação do crescimento da área (57%) frente à produtividade (43%) (CAMARGO *et. al.*, 1993, p. 33-32).

Neste contexto de expansão, a principal participação foi da Região Sul. Entretanto, tal participação deveu-se ao crescimento da produção do estado de Santa Catarina. Neste estado, as principais microrregiões produtoras são “Colonial Alto Itajaí”, especialmente município de Iporanga e “Colonial Serrana Catarinense”, com destaque para o município de Alfredo Wagner. Com crescimento da área cultivada (6.227 hectares na década de 1970 e 18.701 hectares na década seguinte) e produtividade, a produção catarinense passou a predominar no sul.

Apesar de emblemática para o período, a expansão da produção catarinense não ocorreu isolada. Os preços altos e estáveis da entressafra sulina incentivaram o início do cultivo de bulbinhos de cebola no município de Piedade (SP) com colheita entre maio e junho. No segundo semestre o país passou a contar com a consolidação das safras de São Paulo e Região Nordeste. São Paulo, com as produções de bulbinho e de cebola de muda nos municípios de São José do Rio Pardo e Monte Alto. Já no Nordeste, a oferta passou a ocorrer de junho a outubro com as produções de Petrolina, Cabrobó, Casa Nova e Belém do São Francisco.

Esse cronograma operou de 1975 a 1985, sendo institucionalizado como programa de safras solidárias⁶ através do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebola – PLANACE, executado de 1980 a 1985 (CAMARGO FILHO, 1995, p. 18).

Ainda na primeira metade dos anos 80, começou a expansão da produção catarinense de cebolas, proporcionando queda nos preços e a conseqüente redução da produção de cebola tardia no Rio Grande do Sul, devido seu custo de produção mais elevado. Tal expansão catarinense se intensificou a partir de 1986. De 1987 a 1989, a produção brasileira cresceu de 700 mil para 800 mil toneladas. No quinquênio seguinte, com a extinção do programa de safras solidárias ocorreu mais um salto quantitativo, o que atribuiu ao estado de Santa Catarina uma participação de 35% no mercado nacional. No final dos anos 1980, a organização espacial da produção de cebola no Brasil havia se reordenado (Figura 3), tornando a oferta do produto mais homogênea ao longo do ano, além de equiparar-se, e superar em alguns episódios, o consumo nacional.

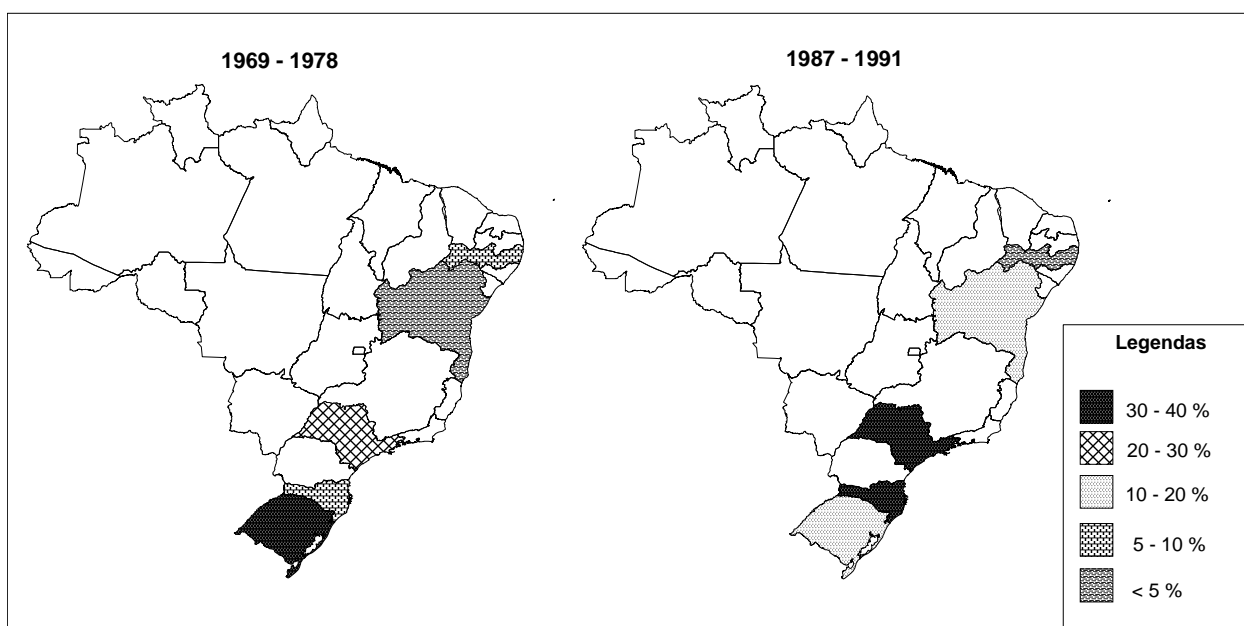


FIGURA 3 – Participação dos principais estados produtores de cebola no Brasil (1969/78 - 1987/91).

FONTE: (Dados) FIBGE in: CAMARGO FILHO *et. al.*, 1993. Cartograma elaborado pelo autor.

⁶ O programa de safras solidárias previa um cronograma que impedia a sobreposição de safras e os prejuízos das diferentes regiões produtoras.

7.1 – O Mercosul e o Mercado de Cebola no Brasil

A agricultura da região meridional foi fortemente impactada no início da década de 90 pelos processos de abertura comercial e desregulamentação dos mercados (SCHNEIDER *et. al.*, 2004, p. 21). A cebolicultura não foi uma exceção.

Nos anos 1990 duas variáveis se somariam ao quadro pré-existente para complexificar ainda mais o cenário da produção de cebola no Brasil. A deterioração do sistema de controle de qualidade de sementes de cebola, prejudicando qualidade e preços da cebola, e a instituição do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, a partir de 1990 (CAMARGO FILHO, 1995, p. 13).

Os principais produtores de cebola no Mercosul são Brasil e Argentina. Nas relações comerciais do Mercosul entre os dois países, ocorre a entrada no mercado brasileiro da cebola argentina, cuja produção é 60% destinada ao mercado externo. A importação, iniciada em 1990 com cerca de 16.000 toneladas, cresceu para 137.000 toneladas em 1994. (CAMARGO FILHO, 1995, p. 26). As ótimas condições edafoclimáticas para a produção na província de Mendoza proporcionam a elevada produtividade e o baixo custo de produção. Com isso a participação da Argentina no mercado brasileiro de cebolas elevou-se até atingir cerca de 25% do mercado nacional entre 1995 e 1998, o que acarretou problemas de superoferta (CAMARGO FILHO & MAZZEI, 1999, p. 20).

A desvalorização do Real (R\$) em janeiro de 1999 devolveu a relativa estabilidade do mercado nacional de cebola. As importações provenientes da Argentina declinaram de 300.000 toneladas em 1995 para 70.000 em 2001. Na Argentina, ocorreu uma redução em torno de 20% da área plantada e o redirecionamento das vendas para o mercado interno, Uruguai, Paraguai e Europa (CAMARGO FILHO & MAZZEI, 2001, p. 51). Contudo, o período 2000-2004 mostra a tendência de recuperação da participação argentina no mercado brasileiro com estimativa de recuperação desta participação até um percentual de aproximadamente 20% (CAMARGO FILHO & ALVES, 2005, p. 52).

7.2 – As Novas Áreas de Produção

Entre os anos 1970 e 1980 começaram a ser desenvolvidas novas variedades de cebolas adaptadas às diferentes condições ambientais no Brasil. Com isso, à participação das regiões já consolidadas e da produção argentina, acrescenta-se o surgimento da produção em novas regiões produtivas. Trata-se da participação dos municípios de São Gotardo - MG, Cristalina – GO e Chapada Diamantina – BA, cuja produção ocorre predominantemente em lavouras de grande extensão e altamente mecanizadas, com produtividade superior a 60 ton/ha (EMBRAPA, 2004, p. 1).

Todas estas transformações ocorridas a partir dos anos 1970, impactaram duramente a cebolicultura de São José do Norte. Destaca-se o crescimento da produção catarinense, cujas épocas de colheita e comercialização são praticamente as mesmas do Rio Grande do Sul e da área de estudo, conseqüentemente (Quadro 2).

QUADRO 2 – Calendário de colheita e comercialização de cebola no Brasil.

Estados	Mês											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Santa Catarina												
Colheita	x									x	x	x
Comercialização	x	x	x	x	x	x					x	x
Rio Grande do Sul												
Colheita										x	x	x
Comercialização	x	x	x	x							x	x
Paraná												
Colheita										x	x	x
Comercialização	x	x	x	x	x					x	x	x
São Paulo												
Colheita					x	x		x	x		x	x
Comercialização					x	x	x	x	x	x	x	x
Pernambuco e Bahia												
Colheita	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Comercialização	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Minas Gerais												
Colheita					x	x	x	x	x			
Comercialização					x	x	x	x	x	x		

FONTE: ANACE. in: EMBRAPA, 2004.

Com isso, o Rio Grande do Sul divide o mercado com o estado detentor da maior produção do cenário nacional. Nos anos de 2003 e 2005, além dos estados de São Paulo e Santa Catarina, o Rio Grande

do Sul teve sua produção superada também pelo estado da Bahia (Figura 4).

Como tendência, também se observa o desenvolvimento da tecnologia empregada na produção, o que coloca os produtores de menor escala numa situação de fragilidade, já que seus baixos rendimentos lhes impossibilitam os investimentos necessários à elevação da produtividade. Com o crescimento da concorrência inter-regional e a elevação da produção nacional, ocorrências de grandes quedas nas cotações da cebola são comuns, agravando o quadro de crise na medida em que podem representar eventos nos quais muitas unidades de produção se extinguem por se tornarem insustentáveis economicamente, como descrito no trecho a seguir: “(...) Quando eu botei a primeira safra fora de cebola e senti que não ia dá, eu disse: “ - Minha gente, vamo se mandá porque não dá mais”, que o meu trator também pediu obra, e a cebola não dava pra ela, custará pra endireitar o trator.” (Agricultor de São José do Norte, 2005)

O quadro se agrava ao se somar ao fato de que os agricultores, apegados à cultura de cebola em função do período de ótimo retorno financeiro, não foram capazes de observar o declínio das condições de rentabilidade ao longo dos anos 1980 e 1990, devido à inexistência de uma averiguação contábil tal como descrita por Weber (1999). Quando questionados a respeito de suas formas de contabilidade, surgiram respostas como as expressas a seguir:

“— (...) Enquanto tava bom a gente nem dava bola. Agora não, as coisa vai apertando aí chega ao ponto de tu fazê a tua conta né pra vê o que que tu tá investindo e o retorno que tem. É o que eu tô te dizendo, que eu virei a fazê conta”

(...) “— Não a gente tem mais ou menos o cálculo, a gente tem, vamo dizê assim. tudo controlado eu não constumo fazê. mas a gente vê mais ou menos. o que faz então por aí tu controla mais ou menos e a gente percebe que aumenta a despesa e o que faz não compensa”. (agricultores de são José do norte, 2003).

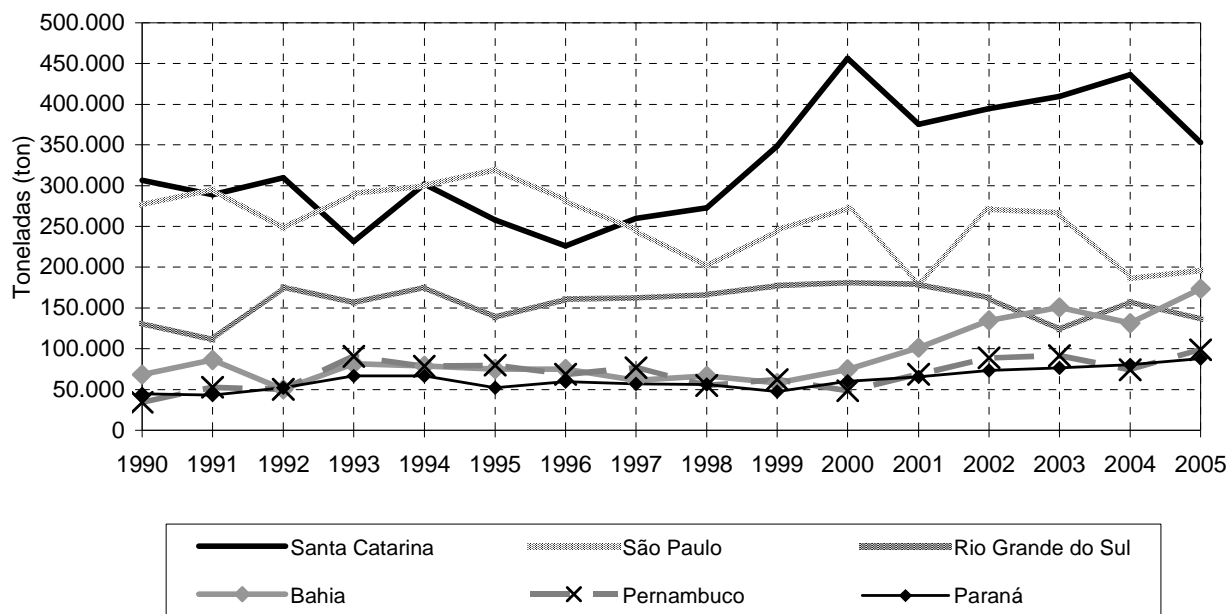


FIGURA 4 – Quantidade produzida (ton) dos principais estados produtores de cebola no Brasil (1990 – 2005).
 FONTE: IBGE. SIDRA. Produção Agrícola Municipal, 2007.

Neste contexto de crise estabelecida, a figura 5 mostra que a partir de metade dos anos 1980 ocorreu uma intensa e contínua redução da área plantada de cebola em São José do Norte.



FIGURA 5 – Área plantada (ha) de cebola – São José do Norte (1975 – 2005).
 FONTE: ITEPA. Vinte e cinco anos de agropecuária na Zona Sul - RS. 2001 e IBGE. SIDRA. Produção Agrícola Municipal, 2007.

Localmente, tal processo pode também ser observado a partir do declínio de outros indicadores como número de arados de tração mecânica e animal. Os tratores comprados na fase próspera começaram a ser vendidos para saldar dívidas⁷.

Pelo que se observa, há um processo de deterioração das condições de preço, ou os sinais do mercado, que sustentavam a atividade cebolicultora em São José do Norte. Retomando o referencial proposto, ocorre um processo de desterritorialização ou deslocalização da atividade no espaço local, com a concomitante instalação e consolidação da atividade em outros estados. Neste processo de reorganização espacial da produção de cebola no Brasil, os agricultores de São José do Norte, pela dificuldade de encontrar um sistema de produção alternativo, viram suas unidades de produção tornarem-se inviáveis economicamente, tendo o êxodo rural como desdobramento.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, observa-se que a agricultura de São José do Norte apresenta uma relação secular com a cebolicultura. Entretanto, o peso da atividade nas estratégias de reprodução das unidades de produção foi se transformando ao longo do século XX.

Primeiramente, parece ter ocorrido, no final do século XIX e início do século XX, um primeiro surto do processo de especialização produtiva. Tal quadro parece ser o resultado do somatório de limitações ao desenvolvimento de outras estratégias de reprodução econômica de um lado, pelo menos no que tange à inserção econômica aos mercados consumidores. Ao mesmo tempo, outro elemento desta equação pode ser considerado como os primeiros sinais do mercado, em termos de bons preços de venda, que promoveriam a consolidação da cebolicultura no município, considerando que os preços representavam um atrativo à produção de cebola.

Até aproximadamente o final dos anos 1950, é possível constatar que a unidade de produção familiar da área de estudo compunha um sistema articulado. A produção de milho sustentava animais, daí a necessidade da manguieira e do chiqueiro observados por Bunse na época e praticamente inexistentes hoje. Os animais forneciam, além do alimento, tração (que complementava o uso de instrumentos manuais) e adubo orgânico. As hortas e pomares forneciam frutas, legumes e verduras, constituindo formas não monetárias de renda. O milho podia ser também comercializado, assim como a cebola, esta a principal via para a obtenção de renda monetária.

Nos anos 1960 a unidade de produção descrita por Bunse nos anos 1950 passou por profundas transformações em direção à simplificação. A produção de milho foi drasticamente reduzida, bem como a criação de animais de pequeno porte. O tipo médio de unidade de produção em São José do Norte

⁷ “Atualmente estima-se que o número de tratores esteja em torno de 250 unidades. A redução de 527 para 257 unidades diz respeito à crise que a rizicultura e principalmente a cebolicultura vêm enfrentando. Segundo o agente de vendas das máquinas, somente em 1992 foram vendidos para fora do município cerca de 100 tratores. Muitos destes foram vendidos a preços inferiores aos normais de comercialização, para que os agricultores pudessem saldar suas dívidas junto aos bancos.” (EMATER, 1996, p. 38)

atualmente expressa uma organização espacial na qual se observa: a casa, o galpão e uma horta, todos próximos. Os pomares hoje são raros e mesmo as hortas, circunscritas na maioria das vezes à produção de verduras e alguns legumes, muitas vezes não existem ou são cultivadas no próprio terreno destinado à cebola, aproveitando sua fertilidade. Apesar da relativa tecnificação, com adoção de tração mecânica, adubos e defensivos industrializados, não se processou a capitalização dos agricultores locais, preservando características tipicamente camponesas, como a ausência de contabilidade. Com o tempo, as condições do mercado nacional de cebola se transformaram, tornando a dependência aos insumos industriais e seu alto custo mais um elemento da problemática local.

Nos anos 1980 a homogeneização temporal da oferta de cebola reduziu as ocasiões de alta nos preços, ocorrentes a partir de então somente em função da quebra de safras em determinadas regiões ou devido ao mecanismo “teia de aranha”. A entrada da cebola de origem argentina, no contexto do Mercosul, desestabilizou o comportamento dos preços e da produção nacional.

Considerando o exposto, possíveis recomendações em termos de políticas públicas orientam-se no sentido da prospecção de atividades complementares à cebolicultura para formação de renda monetária, acompanhado por um trabalho de conscientização dos agricultores a respeito da crescente competitividade inter-regional da produção de cebola e da impossibilidade de retorno das condições ótimas de preços vigentes nas décadas de 1960 e 1970. A retomada das estratégias não monetárias, especialmente visando a segurança alimentar das famílias rurais também precisa ser encarada como uma meta. Outro problema importante diz respeito à cadeia de intermediários estabelecida na comercialização local, fator que intensifica o aviltamento dos preços pagos aos agricultores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. 275 p.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1999. 214p.
- BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do rio grande do sul**. Ijuí: Ed. Unijuí. 1997. 135 p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol 34. Rio de Janeiro. 1959.
- _____. **Produção agrícola municipal**. SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<http://www.sidra/ibge.br>>. Acesso em 26/09/2007
- _____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Sistema de Produção Cebola (Allium Cepa L). **Sistemas de Produção** n. 5. Dez. 2004 (Embrapa Hortaliças) Versão Eletrônica. Disponível em: <<http://www.cnph.embrapa.br/sisprod/cebola/index/htm>> Acesso em 20/10/2007.
- BUNSE, H. A. W. **São José do Norte – Aspectos lingüísticos e etnográficos do antigo município**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro. 1981.
- CAMARGO FILHO, W. P. *et. al.* Evolução da produção e comportamento do mercado de cebola no Brasil, 1971-90. **Agricultura em São Paulo**. SP, 40(2), 1993. p. 27-50.
- CAMARGO FILHO, W. P. Cebolicultura brasileira e Mercosul. **Informações Econômicas**. SP, v.25, n.7, jul. 1995. p. 13-27.
- _____. e MAZZEI, R. Produção e mercado de cebola no Mercosul, 1990 – 98. **Informações Econômicas**, SP, V. 29, n. 4, abr. 1999. p. 19-30.
- _____. Mercado de cebola: tendências de produção e de preços no Brasil e Argentina. **Informações Econômicas**, SP, v. 31, n. 6, jun. 2001. p.51-54.
- _____. Alterações no mercado de Cebola com o Mercosul. **Informações Econômicas**, SP, v. 32, n.10, out. 2002. p. 41-49.
- CAMARGO FILHO, W. P. e ALVES, H. S. Produção de cebola no Mercosul: aspectos tecnológicos e integração de mercado no Brasil e Argentina. **Informações Econômicas**, SP, v. 32, n. 5, mai. 2005. p. 7-17.
- CHAYANOV, A. V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. *in*: THORNER, D. *et. al.* **Chayanov y la teoría de la económica campesina**. 2ª ed. México D.F: Ediciones Pasado y Presente. 1987. p. 49-79.
- EMATER. **Estudo de situação do município de São José do Norte**. São José do Norte. 1996. 160 f.
- FONTOURA, L. F. M. **As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte**. Porto Alegre. UFRGS. 1994 (Dissertação de Mestrado). 132 f.
- FORTES, J. B. **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1978. 169 p.
- _____. **O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande**. 2ª Ed. Porto Alegre: Erus. 1980. 151 p.
- FUNDAÇÃO PROCON SP. **Fundação Procon-SP constata variação da cesta básica de 1,53% em maio/2004**. Informativos. Cesta Básica Mensal. Página da Web. Disponível em <<http://www.procon.sp.gov.br/informativos.shtml>>. Acesso em 26/09/05.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004. 395 p.

Mensagem Apresentada ao Conselho Municipal de São José do Norte em sua 1ª Sessão Ordinária da 2ª Reunião de 20 de Dezembro de 1892 pelo Dr. João Landell, intendente do município, seguida da Lei orçamentária Votada pelo mesmo conselho. Rio Grande: Typographia Trocadero. 1893.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. in: Revista Educação. Porto Alegre, n. 37, março, 1999. p. 7-32.

RAFFESTIN, C. Repères pour une theorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988. p. 263-279.

Relatório Apresentado ao conselho municipal de São José do Norte pelo Intendente do município seguido da Lei Orçamentária do anno de 1900. Rio Grande: Typ. do Diário. 1900.

Relatório Apresentado ao conselho municipal de São José do Norte pelo Intendente do município seguido da Lei Orçamentária do anno de 1901. Rio Grande : Typ. do Diário. 1901.

Relatório Apresentado ao conselho municipal de São José do Norte pelo Intendente do município seguido da Lei Orçamentária do anno de 1919. Rio Grande: Typ. do Diário. 1919.

Relatório Apresentado ao conselho municipal de São José do Norte pelo Intendente do município seguido da Lei Orçamentária do anno de 1920. Rio Grande: Typ. do Diário. 1920.

Relatório Apresentado ao conselho municipal em sua 1ª Reunião Ordinária pelo Intendente do município Capitão Agostinho Duarte de Barcellos. Rio Grande: Livraria Rio-Grandense. 1929.

SAINT HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820 – 1821**. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1999. 496 p.

SANTOS, J. R. dos. **Camponeses ou ceboleiros?** um estudo sobre a agricultura familiar e o espaço agrário em São José do Norte – RS. (monografia de conclusão do curso de geografia). Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG. 2003. 152 f.

SCHNEIDER, S. *et. al.* Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S et al. (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004. p. 20-51. (Série Estudos Rurais)

TORRES, L. H. Da colônia ao Império: um panorama histórico da região. in: TAGLIANI, P. R. A. (org.). **Arqueologia, história e sócioeconomia da restinga da Lagoa dos Patos**: uma contribuição para o conhecimento e manejo da reserva da biosfera. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG. 2000. 257 p.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. ITEPA. **Vinte e cinco anos de agropecuária na zona sul – RS**. Pelotas: Educat, 2001. 606 p.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. Vol 2. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 2 vol. 580 p.

ZABALETA, J. P. **Diagnóstico da agricultura familiar em São José do Norte – RS**. Pelotas: EMBRATA – CPACT. 1998. 75 p. (Embrapa – CPACT. Documentos, 44.).

